

A RELAÇÃO ENTRE O IDIOMA E A IDENTIDADE. O USO DO IDIOMA MATERNO COMO DIREITO HUMANO DOS MIGRANTES**

Lourdes C. Rovira*

Os imigrantes estabelecidos num país cuja língua não é a mesma de sua terra de origem enfrentam singulares problemas quando crianças, enquanto gerações posteriores a assimilam e precisam fazer frente às questões de identidade pessoal e cultural. A situação coloca desafios ainda mais complexos, quando a cultura dominante no país anfitrião subestima a língua materna do imigrante. Este artigo analisa a relação existente entre idioma e identidade, a partir da perspectiva de pesquisas realizadas sobre o tema, assim como das experiências pessoais e profissionais da autora, hispânica, nos Estados Unidos. Considera-se também, os métodos pedagógicos que promovem a identidade dos estudantes e os que exercem, sobre ela, um efeito negativo. Por último, a apresentação faz referência ao tema do papel da Igreja Católica acerca da temática apresentada.

Palavras chave: Identidade; Cultura; Xenofobia; Genocídio lingüístico.

The immigrants who settled in a country where a different language is spoken, face unique challenges as children while grown ups assimilate the issue and have to handle matters of personal and cultural identity. The circumstances can get even more challenging when dominant culture in the host country underestimates the native language of the immigrant. The present paper studies the correlation among language and identity from the perspective of researches made regarding the theme, as well as the author's personal and professional experiences as an Hispanic in the United States. It also beholds educational practices that enhance students' identity, and those that have a negative impact on it. Finally, the role of the Catholic Church concerning the subject is addressed.

Keywords: Identity; Culture; Xenophobia; Linguistic genocide

No princípio era o Verbo e o Verbo fez-se carne. Assim era no princípio e assim é hoje. O idioma, o Verbo, carrega, em si, a história, a cultura, as tradições, a própria vida de um povo, sua carne. O idioma é o povo. Não podemos conceber um povo sem idioma, nem um idioma sem povo. Ambos são uma mesma e única entidade. Conhecer um equivale a conhecer o outro.

Sabine Ulibarri, 1972¹

Introdução

Esta citação de Sabine Ulibarri possui um significado relevante para o tema que vou tratar. Embora se trate de um versículo bíblico, Ulibarri deu uma definição secular ao “Verbo”. Se, na

** Artigo apresentado pela autora no Seminário Migrações Internacionais e Direitos Humanos organizado em ocasião dos 20 anos do CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios de Brasília – DF / Brasil, em maio de 2008. A versão em inglês foi publicada na REMHU – *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XVI, número 31, 2008, pp. 63-81. Direitos reservados. A atual versão foi disponibilizada no site http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos08.html, com autorização da autora e da Editora da REMHU, em junho de 2008.

* Nasceu em Cuba e emigrou para os Estados Unidos em 1961, aos nove anos de idade. Desde então, viveu em Miami, Flórida. Após trabalhar como professora numa escola primária bilíngüe passou a ser administradora das Escolas Públicas do Condado de Miami-Dade, que, por seu tamanho, ocupa o quarto lugar entre os distritos escolares do país. A Dra. Rovira dedicou boa parte de sua vida profissional em defesa dos direitos educacionais e lingüísticos dos estudantes imigrantes. Atualmente, desempenha o cargo de Superintendente Associada de Currículo e Instrução. Doutorou-se em educação na Universidade de Nova-Southeastern, onde também é vice-diretora do Instituto de Liderança Educacional do *Fischer School of Education and Human Services*.

¹ GARCIA, Ana. *Language and Identity*, p. 1

realidade, tomarmos o sentido bíblico do Verbo, a Palavra, esta citação de Ulibarri alcançaria um significado ainda mais forte. O idioma é o código para expressar a experiência de um povo. Neste caso, nosso idioma está impregnado do Verbo, isto é, da presença de Deus em nosso povo e na vivência de sua fé.

Para mim, é uma grande honra e motivo de profunda satisfação estar aqui para partilhar com vocês algumas idéias sobre o tema, que é parte essencial de minha identidade. A preservação do idioma materno para os imigrantes e a relação que existe entre idioma e identidade são temas apaixonantes que guiaram boa parte das atividades de minha vida profissional. Acompanharam-me em minha viagem de professora e administradora no amplo sistema escolar público de uma grande cidade. Além disso, este tema deu-me impulso para converter-me em defensora legal e advogada nacional dos direitos educacionais e lingüísticos dos imigrantes nos Estados Unidos. Venho, hoje, frente a vocês, como cubana desterrada, professora, administradora e, acima de tudo, como mulher de fé firme.

Elaborei esta palestra em torno das seguintes questões:

- O que é identidade?
- O que é cultura?
- Que papel desempenha o idioma no desenvolvimento da identidade de uma pessoa?
- Que políticas lingüísticas ditam a experiência educativa dos estudantes imigrantes nos Estados Unidos?
- O que é genocídio lingüístico e quais são as suas conseqüências?
- A preservação do idioma natal constitui um direito humano dos imigrantes?
- Qual é o papel da Igreja Católica, o de vocês, o meu?

As respostas a estas e a outras interrogações baseiam-se em pesquisas atuais. Mais importante ainda, meus comentários se fundamentam em experiências pessoais como exilada cubana, como imigrante, como mulher hispânica nos Estados Unidos. Baseiam-se, também, em minhas experiências profissionais como administradora num sistema escolar que, pelo tamanho, é um quarto dos Estados Unidos. Contudo, minhas experiências não são raras entre grupos imigrantes em muitas outras partes do mundo, especialmente quando o imigrante se estabelece num país cujo idioma não é o mesmo de seu país de origem.

Quando conheço uma pessoa, a primeira pergunta que esse alguém faz é: “Qual é o seu nome?” “Lourdes”, respondo. Esta é minha primeira identidade, meu nome. A segunda pergunta que, geralmente se segue, na sociedade em que vivo, é: “Moras aqui?” Como já sei o rumo que a conversa vai tomar, limito minha resposta à pergunta precisa que a pessoa me fez: “Sim, moro em Miami”. Sei, perfeitamente, que a pergunta que meu interlocutor quer me dirigir é: “Porém, na realidade, de onde és?” E é, então, que se revela minha segunda nota de identidade: “Sou cubana”. Este segundo elemento identificador fala muito mais sobre quem sou na realidade do que os simples dados que são meu nome e o lugar em que vivo.

Nosso nome, nossa nacionalidade, nossa cidadania, formam elementos muito íntimos de nosso ser, de nossa identidade. As pessoas costumam ter idéias fixas e estereótipos – muitas vezes, pouco exatos – que determinam se nos acolhem, ou se nos ignoram, se nos aceitam, ou se nos rejeitam. Nesta dissertação tentarei esmiuçar a relação entre idioma, cultura e identidade. Falarei, também, do direito das famílias imigrantes de preservarem o idioma natal, mesmo depois de ter adquirido absoluta confiança em seu novo país. Espero que meus comentários tornem possível uma melhor compreensão da necessidade intrínseca de lutar contra toda a intenção de obstruir o idioma natal da pessoa e de defender os direitos humanos básicos dos imigrantes, que são feridos, diariamente, em todo o mundo.

Identidade, cultura e idioma

Que é identidade? Em poucas palavras, identidade é o que a pessoa é, sua individualidade, sua condição de ser determinada pessoa. As ciências sociais definem identidade como a maneira que as pessoas descrevem a si mesmas como integrantes de um grupo em particular; em psicologia, o termo alude à auto-estima de uma pessoa, a imagem que tem de si mesma.² Podemos falar de identidade social, identidade sexual ou de gênero, identidade cultural, identidade religiosa, identidade nacional e muitas outras identidades. Porém, quero focalizar, nesta dissertação, os aspectos da identidade relacionados à pessoa em sua condição de membro de um grupo em particular, e o modo como esta imagem de si mesma fica modelada por nosso idioma e pelas experiências sociais que vivemos.

A cultura é uma característica que define a identidade de uma pessoa. Os valores, costumes e histórias comuns, caracterizadores de uma cultura, exercem profunda influência sobre a forma de uma pessoa comportar-se, de pensar e de ver o mundo. Para mim, portanto, a identidade cultural abrange tudo o que se relaciona à pessoa, a seu sentido de pertença, a seu sistema de crenças, a seus sentimentos de valor pessoal. É a soma total dos modos de vida forjados por um grupo de seres humanos e transmitidos de geração em geração. A identidade cultural sou eu, e tenho o direito de conhecê-la e entendê-la. E, ao dar-me conta de quem sou, é provável que minha conduta manifeste traços positivos de identidade. Porém, se, ao contrário, sou forçada a rejeitar essa identidade, lançarei mão de todo um arsenal de traços negativos de identidade para afastar-me de quem sou.

A pergunta é, portanto: “que papel o idioma desempenha no desenvolvimento da identidade e, concretamente, da identidade cultural?” O idioma está inerente à expressão da cultura. É um aspecto fundamental da identidade cultural. É o meio do qual nos valem para transmitir às gerações o mais íntimo de nosso ser. Mediante o idioma, transmitimos e expressamos nossa cultura e seus valores. “O idioma – tanto seu código como seu conteúdo – é uma dança complexa entre interpretações internas e externas de nossa identidade”.³ As palavras, a linguagem, possuem o poder de definir e modelar a experiência humana. É, precisamente, a linguagem que me permite dar nome às minhas experiências.

Freqüentemente, nós nos deparamos com relatos comoventes de pessoas que foram obrigadas a esquecer seu idioma para se adaptarem ou se aculturarem a um novo ambiente. Infelizmente, este esquecimento, muitas vezes, leva à perda das próprias raízes. Benjamim Báez escreveu, com palavras surpreendentes, que a perda de seu idioma natal foi como perder “a intimidade própria do ser espanhol, a proximidade à minha família e ao meu passado. Perdi, na essência, todas as visões e sons de minha língua natal”.⁴ Esta perda do idioma que, inevitavelmente, leva à perda da identidade cultural, carrega consigo muitas implicações perigosas. Como observou o grande lingüista Joshua Fishman, quando tiramos o idioma de uma cultura, lhe tiramos “suas saudações, suas maldições, seus louvores, suas leis, sua literatura, suas canções, suas rimas, seus provérbios, sua sabedoria e suas orações”.⁵

Georges Perec, judeu polaco imigrado na França durante a Segunda Guerra Mundial, lamenta que as memórias de seus pais não tenham chegado até ele. O idioma, as tradições, as esperanças de seus pais se perderam. Refletindo sobre esta perda, Perec escreve:

Sou estrangeiro a respeito de algo de mim mesmo. Sou diferente, embora não diferente de outros; sou diferente, antes de tudo, do que é meu, de meu povo. Não falo a língua que meus pais

² FISHMAN, Joshua. *Handbook of Language and Ethnic Identity*, p. 448

³ GIBSON, KARI. *English Only Court Cases Involving the U.S. Workplace: The Myths of Language Use and the Homogenization of Bilingual Workers*, p. 1

⁴ BAEZ, Benjamín. *Learning to Forget: Reflections on Identity and Language*, p. 123

⁵ FISHMAN, Joshua, *op. cit.*

falaram. Não compartilho as memórias que puderam ter; nada me foi transmitido do que era deles, do que os fazia ser o que eram: sua história, sua cultura, sua esperança.⁶

A busca da identidade recebe especial força na adolescência, quando os vínculos que nos prendem a nossos pais começam a afrouxar e o adolescente começa a se perguntar: Quem sou a respeito de todos os que me cercam? Minha família emigrou aos Estados Unidos em 1961, fugindo de uma tirania que sufocava as mentes de crianças e adolescentes com doutrinas marxistas e atéias. Meus pais lutaram em um país novo e estranho, sofreram e viram-se forçados a adaptar-se a costumes diferentes, a um idioma diferente. Com sua radical decisão de escolher a liberdade e não a tirania, inculcaram-me um sentido de honra e de orgulho de ser o que sou e de minhas raízes. Imprimiram em mim, também o sentido do dever para com nosso país adotivo, os Estados Unidos, e o amor à terra em que nasci e de meu legado cubano. De meus pais recebi a obsessão pela liberdade e educação. Lembro, porém, claramente, de minha própria experiência quando, ainda adolescente, só falava inglês, escutava música americana, rejeitava tudo o que soava ou cheirava a cubano e, lamentavelmente, mal se podia falar a língua em que aprendera a falar, a cantar e a rezar. Meu mundo estava dividido em dois: o mundo fora, do colégio e dos amigos, no qual o inglês era o meio de comunicação e o americanismo que havíamos abraçado; e o mundo da casa e da família, onde se inculcavam tradições e valores cubanos. Eram dois mundos em luta constante. E, confesso com toda a sinceridade, que não tinha nem a mais remota idéia de qual era meu lugar nem de quem eu era. Felizmente, para mim, meus pais nunca deixaram de afirmar uma forte identidade étnica e a necessidade de entendermo-nos como família, e isso ajudou-me a forjar, gradualmente, um sentido de orgulho e deu-me o valioso dom de ser bilíngüe. Porém, este caminho que percorri esteve cheio de lágrimas e de revolta.

Esta complexa relação entre idioma, cultura e identidade foi o miolo da experiência dos imigrantes durante muitos séculos.

A cultura, a identidade e o idioma podem estar entrelaçados inextrincavelmente; todos criam identidade ou, ao menos, aspectos importantes da identidade. Porém, o idioma não apenas cria o contorno da identidade; como também pode assentar as bases para outras classes, de inclusão e de exclusão, de pertença e de não pertença, de triunfo e de fracasso... O idioma dá sentido às estruturas sociais, às que criam a identidade e também, às opressivas.⁷

As experiências dos imigrantes nos Estados Unidos

Os Estados Unidos é um país de imigrantes. Forjou-se no crisol do árduo trabalho de europeus e de outros grupos de imigrantes chegados ao país em busca de trabalho, liberdade de religião e fugindo da opressão e da guerra. Outros chegaram porque os compraram e venderam e não lhes coube outra opção a não ser subir aos barcos que os trouxeram ao Novo Mundo. Receberam as boas vindas com as palavras da poetisa Emma Lazarus, esculpidas na Estátua da Liberdade:

Dai-me vossas massas, pobres exaustas,
amontoadas, ansiosas por respirar em liberdade.
O infeliz refugio de vossas fecundas costas.
Enviai-me-os, os desamparados, açoitados pelo temporal.
Alço minha luz junto à porta dourada.⁸

Grande número de imigrantes continua, ainda hoje, chegando aos Estados Unidos procedentes de todos os rincões do mundo. Trabalham duramente, praticam sua religião, amam suas famílias e contribuem para o crescimento econômico do país. Chegam cheios de esperanças e com o

⁶ PEREC, Georges, en BOOTH, W. James. *Communities of Memory on Witness, Identity, and Justice*, p. 81-82

⁷ BAEZ, Benjamín, *op. cit.*

⁸ LAZARUS, Emma. *The New Colossus*. Poema esculpido en una tarja en la Estatua de la Libertad.

sonho de conseguir uma vida melhor para si e para seus filhos. Porém, diferentemente do ocorrido com os imigrantes dos séculos XVIII e XIX, os imigrantes atuais não recebem cálidas boas vindas. Muitos dos próprios norte-americanos, cujos antepassados chegaram em séculos passados, estão hoje repletos de sentimentos nativistas e racistas e temem a competência do operário estrangeiro. De fato, a imigração é, provavelmente, uma das questões mais espinhosas e marcantes das eleições presidenciais que se aproximam nos Estados Unidos.

Segundo a Comissão Global de Migração Internacional, são uns 200 milhões de imigrantes, no mundo.⁹ Nos Estados Unidos vivem uns 44,2 milhões de hispânicos. Somos, de fato, muitos, a minoria de mais rápido crescimento no país, e representamos, mais ou menos, 15% de sua população. Conforme as estatísticas da Secretaria do Censo dos Estados Unidos, 53% de todos os imigrantes chegados ao país em 2003 procedia de países de língua espanhola.¹⁰ São vistos – nos vêem – como a invasão dos pardos, porque pardo (brown, em inglês) é como são chamados os hispânicos no país, seja qual for a cor de sua pele. Houve campanhas contra o espanhol de um extremo a outro da nação, e em vários estados conseguiram aprovar leis proibindo o uso do espanhol nas escolas e nos centros de trabalho. Entramos em águas perigosas quando uma sociedade denigre um grupo pelo fato de falar um idioma particular, quando uma sociedade considera que um grupo específico de imigrantes é menos merecedor de direitos, menos digno, menos igual.

Se fizéssemos um estudo do mundo, veríamos que a maioria dos países são multilíngües e multiétnicos. Os Estados Unidos é um dos poucos países do mundo onde se continua alentando a idéia de que falar um idioma que não seja o inglês é algo desleal e pouco americano. Para os americanos, o inglês é muito mais que um idioma, equivale a patriotismo. O miolo da questão é o temor do desconhecido que se manifesta como xenofobia. Esta xenofobia toma muitas formas, algumas mais claras e outras menos. Em junho de 1995, num caso de patripotestal, no Texas, o juiz Samuel Kiser acusou Martha Laureano, mãe de uma menina de cinco anos, de abusar da filha por falar unicamente o espanhol. O juiz Kiser disse à senhora Laureano que a mesma estava abusando da filha e relegando-a a condição de serva. Advertiu-a, a partir dali, que ela deveria re reportar à criança unicamente em inglês, pois, ao contrário, ser-lhe-ia tirada, “porque não resultava no seu interesse (da menina) permanecer ignorante”.¹¹ Atrevo-me a perguntar ao juiz Kiser, desde quando se considera ignorante uma pessoa que fala dois idiomas? No ano de 2000, a rede de televisão Nickelodeon apresentou “Dora, a desbravadora”, um desenho animado sobre uma criança espanhola e suas aventuras nos Estados Unidos. Pelos comentários de alguns pais, percebe-se o fenômeno xenófobo que ocorre no país: “Dora antes estava bem como programa. Porém agora, não deixo meus filhos o verem. Fala-se muito em espanhol”. Outro comentário: “Não é bom que até os bonequinhos, na televisão, cheguem ao extremo de ensinar espanhol a nossos filhos. Penso, que se moras aqui, precisas falar nossa língua. E, se não, vai-te”.¹² Situações como a do juiz Kiser e comentários como o desses pais são amostras do racismo que afligiu, historicamente, um país que, paradoxalmente, se ergueu sobre os ombros de seus imigrantes.

A maioria dos estudantes, entrando pela primeira vez numa escola americana, logo descobre que a professora, imediatamente, lhe americaniza o nome. Maria não demora a ser Mary; Jaime, James. Os sobrenomes são pronunciados de forma tão diferente que, às vezes, a pessoa sequer reconhece seu sobrenome quando acontece a chamada. Que importância tem tudo isso? Os nomes são o elo que nos une à história familiar, o vínculo entre gerações passadas e futuras. Quando se troca o nome de alguém, cria-se uma ruptura, deixando um vazio em nossa experiência das coisas, uma perda em nosso acervo cultural. “O passado de nosso nome original, seus laços com lugares,

⁹ SUAREZ-OROZCO, Marcelo. *Learning in the Global Era*.

¹⁰ LARSEN, Luke. *The Foreign-Born Population in the United States*.

¹¹ VERHOVEK, Sam. “Mother Scolded by Judge for Speaking in Spanish”. *New York Times*.

¹² GUIDOTTI-HERNANDEZ, Nicole. “Dora the Explorer: Constructing ‘Latinidades’ and the Politics of Global Citizenship”, p. 209

com comunidades, com gerações anteriores de nossa família, se dissolve ou, quando menos, em suspensão na noite do esquecimento.”¹³

Políticas lingüísticas nos Estados Unidos

As políticas lingüísticas nos Estados Unidos favorecem uma sociedade homogênea, monolíngüe. Nós, hispânicos, estamos, permanentemente, tirados das narrativas nacionais do país, exceto quando se trata de um problema de imigração ou fonte de mão-de-obra barata. Atualmente, as sociedades que são cultural, social e lingüisticamente homogêneas deixaram de ser regra. Impôs-se a diversidade. Nós, que participamos deste simpósio, sabemos que a mobilidade humana é uma realidade global e a cada dia se torna mais forte. Porém, apesar disso, aos imigrantes, nos Estados Unidos, faz-se, rapidamente, lavagem cerebral para fazê-los crer que, para serem americanos, para poder triunfar, precisam dar as costas a tudo o que trouxeram de seus países de origem, inclusive, ao seu idioma. A mensagem que é transmitida às crianças nas escolas é que o inglês as torna americanas e o espanhol as mantém na pobreza – como se ambos os idiomas fossem mutuamente excludentes ou fosse necessário sacrificar um em favor do outro.

Por volta de 5,1 milhões de alunos do curso primário e secundário nos Estados Unidos são classificados como alunos em processo de aprendizagem do inglês (English Language Learners ou ELLs). Este número representa 10% do total da população escolar.¹⁴ Seu conhecimento de inglês é tão limitado que, não contando com o apoio lingüístico, ficariam excluídos de participar ativamente em sua experiência educativa. Em 1974, o Supremo Tribunal determinou no caso de Lau contra Nichols que essas crianças precisam do apoio lingüístico para que o conteúdo recebido fosse compreensível. Esta histórica decisão impôs às juntas escolares, não às crianças, nem a seus pais, a responsabilidade de favorecer educação adequada a crianças cujas barreiras idiomáticas lhes impediam o acesso ao programa de estudos. Quando as crianças chegam à escola sem saber falar o inglês, ou falando-o mal, o estudo “salve-se quem puder” constitui uma violação dos direitos civis. A decisão no caso de Lau continua sendo o precedente de maior peso em relação aos direitos educacionais das minorias lingüísticas nos Estados Unidos.

Contudo, 34 anos deste memorável caso, mais da metade dos estados do país continuam violando os direitos civis que as crianças têm de receber ajuda eficaz para superar as barreiras idiomáticas que lhes impedem o acesso ao programa de estudos, assim como o garantiu a decisão no caso de Lau contra Nichols. Apóio, sem reservas, o desejo das crianças dominarem o inglês o quanto antes possível. Porém, também, apóio o direito que assiste a todo ser humano de preservar sua língua materna e de que o mesmo seja louvado e respeitado por desejar preservá-la. Assim como apontado pelo jornalista e professor James Crawford; “Não existe contradição entre promover o bilingüismo com liberdade e promover o êxito em inglês. E mais, estes fins complementam-se e apóiam-se mutuamente”.¹⁵

Para os pedagogos americanos, o manejo do inglês é o maior desafio que enfrentam as crianças imigrantes. Porém, no fim de 35 anos, nas escolas, não conheci uma só criança que não tenha aprendido o inglês. Conheci, isso sim, centenas que perderam sua língua materna ao aprender o inglês. Facilmente, o inglês desloca e substitui a língua primária da maioria dos estudantes imigrantes. E é nesse momento que a unidade familiar começa a quebrar-se. Muitas vezes, os filhos se envergonham de seus pais porque não falam inglês tão bem como eles. A barreira do idioma impede os avós de se comunicarem com seus netos. As recordações da infância – canções, adivinhações e muitas outras tradições familiares – desaparecem rapidamente. Conheci,

¹³ BOOTH, W. James, *op. cit.*, p. 78.

¹⁴ NATIONAL CLEARINGHOUSE FOR ENGLISH LANGUAGE LEARNERS. *Relative Growth in English Language Learners and Total Enrollment in U.S. Schools, 1989-90 to 2004-2005*.

¹⁵ CRAWFORD, James. *Educating English Learners*, p. 15.

pessoalmente, mais de uma família onde a comunicação entre seus membros está limitada, porque os filhos esqueceram sua língua materna ou se negam a falá-la. Uma avó peruana, vivendo em Miami, disse-me, há pouco tempo, sentir muito por ter deixado outros adotarem seus filhos e netos, pois já não podia entender-se intimamente com eles. A barreira do idioma lhe impedia. Isso é um escândalo!

Para crianças e adolescentes, a escola é o ponto central de sua socialização. Logo se dão conta de que, para serem aceitos, para “se entrosarem” precisam se fazer compreender em inglês. Não demora sentirem o estigma de falar uma língua que é tida como o idioma da pobreza, porque o espanhol é considerado o idioma das classes baixas.

Logo percebem que, no mundo social da escola, inglês é a única língua aceitável. A mensagem que não demora captar é: “A língua falada em casa não é nada, não tem nenhum valor”. Se quiserem ser plenamente aceitos, as crianças chegam a crer que precisam rejeitar a língua da classe baixa que se fala em casa.¹⁶

Estes fatores inibem a pessoa e a forçam a perder essas interações pessoais, íntimas, que são fruto do idioma, a identidade e a experiência do imigrante. Este modelo da forma como ocorre a subordinação lingüística, busca explicar como os preconceitos contra as pessoas que não são parte da maioria e o viés a favor da linguagem dos anglo-saxões da classe média formam a parte integral das instituições que exercem o poder nos Estados Unidos (isto é, a educação, a lei, os serviços sociais). Não esqueçamos que as crianças que perdem seu primeiro idioma, não apenas perdem uma língua, mas também perdem parte de sua cultura, uma parte de si mesmos.¹⁷

Genocídio lingüístico

Quero abordar, agora, o tema do “genocídio lingüístico”, um conceito criado em 1948 pelas Nações Unidas na minuta da Convenção sobre a Prevenção e o Castigo do Crime de Genocídio. Nesse tempo, o termo foi definido como a “proibição do uso do idioma do grupo no fazer diário, ou nas escolas, ou a impressão ou circulação de publicações na língua do grupo”.¹⁸ O artigo III, da minuta do relatório, continha definições de genocídio lingüístico e cultural e ainda os considerava crimes de lesa humanidade. Este artigo, contudo, foi rejeitado pelo voto de 16 estados na Assembléia Geral das Nações Unidas e não se incorporou ao texto definitivo da Convenção sobre o Genocídio.¹⁹

Em 1999, Tove Skutnabb-Kangas, famosa professora da Universidade de Rotskilde, na Dinamarca, e ativista dos direitos humanos lingüísticos, aperfeiçoou o termo no que chamou genocídio lingüístico na educação. Ela argumenta que as escolas perpetram todos os dias um genocídio lingüístico. Fazem-no transportando à força, crianças de um grupo indígena ou minoritário para o grupo dominante mediante a assimilação lingüística e cultural forçada que se realiza nas escolas. O genocídio lingüístico, inevitavelmente, supõe a consideração das relações de poder. Os sistemas educativos participam, conscientemente, na manutenção e na reprodução de relações desiguais de poder, especialmente, entre as minorias lingüísticas e outros grupos. Se os que falam o idioma do poder omitem a importância de outras línguas, isto levará a relações, tratamento e oportunidade desiguais com a minoria ou com o grupo que é simplesmente diferente.²⁰

Quando os estudantes são forçados a passar para outro idioma e sua língua materna é esquecida, o novo idioma faz as vezes de língua que mata. No caso da maioria dos imigrantes, nos

¹⁶ WONG-FILLMORE, Lily. *Loss of Family Languages: Should Educators be Concerned?*, p. 207-208

¹⁷ BAEZ, Benjamín, *op. cit.*

¹⁸ Terralingua, definición de genocidio lingüístico.

¹⁹ SKUTNABB-KANGAS, Tove. *Linguistic and Cultural Genocide in Education Signals Lack of Linguistic Human Rights-But Why No Discussion?* Lecture.

²⁰ *Idem. Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights?*

Estados Unidos, o inglês é aprendido às custas de sua língua materna e não por acréscimo a essa. É por isto que o inglês se converte numa língua letal. Na verdade, não são os idiomas que se matam entre si; os que matam são as pessoas com atitudes xenófobas.²¹ Também é de ressaltar que vi o espanhol converter-se em língua mortífera, na República Dominicana, onde os cortadores de cana provêm do Haiti e falam entre si em seu creol natal. Automaticamente ao falarem o creol são classificados de sem educação e lhes são negadas oportunidades de trabalho. Hoje, pergunto a vocês: o português é, no Brasil, uma língua destruidora, quando as famílias imigrantes são forçados a aprendê-lo às custas de sua língua natal e não como acréscimo a esta?

Atitudes educativas

Skutnabb-Kangas ressalta que os modelos pedagógicos, negando aos alunos o direito de receberem o ensinamento – ou, ao menos, apoio educativo – em sua língua materna são insuficientes para alcançar as metas que pretendem obter e violam direitos humanos lingüísticos e culturais. Infelizmente, esses modelos continuam sendo os mais comuns na educação das crianças indígenas e das minorias.²² A educação dessas crianças parece estar em luta com as pesquisas científicas. Facilitar o acesso à educação no idioma que a criança domina, aumenta significativamente as oportunidades dessa criança na vida. É minha opinião profissional que a educação bilíngüe baseada na língua natal, ou a educação multilíngüe, desempenha um papel importante para facilitar o alcance dos objetivos da educação universal. A instrução das minorias étnicas precisa ser pertinente e reconhecer os conhecimentos e os idiomas dos estudantes. Um estudo realizado na Universidade de Calgary, Canadá, chegou à conclusão de que os programas que incorporam a língua natal do aluno são os mais efetivos, especialmente quando gozam da sanção da escola e fazem parte do programa acadêmico comum.²³

Pesquisas realizadas em vários continentes demonstram que a política de utilizar o idioma dominante como único meio de instrução de crianças pertencentes a minorias pode atrofiar o desenvolvimento acadêmico e cognitivo das crianças em lugar de promovê-lo. Num estudo sobre a educação bilíngüe, no Sul da África, a pesquisadora chega à conclusão de que a educação bilíngüe de cada criança, no marco de uma política educativa multilíngüe, não supõe ter de escolher entre o inglês ou uma língua africana. Pelo contrário, afirma, significa aceitar ambos, e acrescenta: “Significa desenvolver o primeiro idioma e acrescentar uma segunda língua do jeito que melhor garanta a boa aprendizagem desse segundo idioma”.²⁴

Trata-se de uma conclusão, podendo ser extensiva às diversas situações em que todos nos encontramos em nosso papel de defensores do conceito da educação bilíngüe. A pesquisadora também apresentou, através de um estudo estatístico, a longo prazo, as notas obtidas nos exames finais por alunos negros na África do Sul; o estudo indica que a percentagem de estudantes negros aprovados nos exames se reduzia cada vez que diminuía o total de anos dedicados ao estudo de seu idioma natal.²⁵ Pai Obanya, ex-professor de ensino de lingüística e diretor do Instituto de Educação da Universidade de Ibadan, Nigéria, numa palestra publicada em 2004, disse:

Durante muito tempo, a educação no continente africano foi motivo de grande decepção para os estudantes. Este falho sistema pode ser apreciado nas elevadas taxas de alunos que abandonam os estudos ou precisam repetir os cursos... e nos resultados acadêmicos deficientes. Uma causa principal deste fracasso foi o subemprego, no ensino, do idioma natal ou a primeira língua dos estudantes, relegado em favor dos antigos idiomas coloniais.²⁶

²¹ *Ibidem.*

²² SKUTNABB-KANGAS, *op. cit.*, p. 43

²³ LEE, Wen-Shya. *The Effect of Ethnic Identity and Language Learning on Chinese Adolescents' Self-Esteem.*

²⁴ HEUGH, Kathleen. *The Case Against Bilingual and Multilingual Education in South Africa*, p. 36

²⁵ *Idem.*

²⁶ OBANYA, Pai. *Learning In, With, and From the First Language*, charla.

Obanya se respalda persuasivamente sobre o argumento de que o valor educativo do primeiro idioma não pode ser negado, uma vez que é o meio por excelência para a transmissão do caudal cultural de uma geração a outra. Alega ainda, embora não possa citar exemplos de pessoas brilhantes e de calibre mundial, tanto da Nigéria quanto de outros países africanos, que passaram diretamente ao inglês, ao francês, ao português desde seu primeiro dia de aulas, é preciso assinalar o grande número de pessoas para as quais esse sistema não deu resultados e que, prematuramente, deixaram de aprender.²⁷

No Canadá, um informe de 1996, da Real Comissão sobre Povos Aborígenes concluiu que: “as estratégias de imersão que não respeitam o primeiro idioma das crianças nem as ajudam a dominar o segundo podem levar à perda da facilidade de aprender em ambos idiomas”.²⁸ No maior estudo, a longo prazo, que se realizou no mundo sobre o tema de educação de estudantes pertencentes a minorias, seguindo, cronologicamente, 210.000 alunos, os autores demonstram que o fator de mais valia para prognosticar o sucesso escolar no segundo idioma é o grau de instrução formal que se reparte com o idioma natal. Além disso, a duração do uso da língua natal, como meio de instrução, resultou mais importante do que qualquer outro fator para prognosticar o bom êxito educativo dos estudantes imigrantes. Os piores resultados foram obtidos com estudantes em programas de imersão que não ofereciam ajuda alguma para a língua materna dos alunos.²⁹ Estas e outras pesquisas confirmam os resultados positivos da educação suplementar para a preservação da língua materna e os resultados negativos da educação no idioma dominante, que a marginaliza.

A questão que se coloca, portanto, é: por que continuamos impondo intencionalmente uma política docente que utiliza o idioma dominante como único meio ou o principal para a educação de crianças pertencentes a minorias se os resultados negativos desta política ficaram, claramente, demonstrados por pesquisas empíricas e teóricas que, em alguns casos, datam do século XIX? Por que não podemos enxergar mais além desta farsa de zelar pelo bem-estar “dessas crianças”? É, talvez, porque as vozes dos que advogam em sua defesa não se erguem o suficiente? Possuímos a inteireza moral necessária para prosseguir lutando? Por que não se ouvem as vozes dos que defendem a educação bilíngüe?

No melhor dos casos, a transição para a educação em dois idiomas baseada nas pesquisas, é uma passagem polêmica e, em muitos casos, decisiva. Mestres e pais monolíngües sentem-se ameaçados. A reestruturação escolar é sempre dolorosa. Como as pesquisas demonstram, um idioma não se aprende de uma dia para o outro. É um processo de anos, que perturba padrões estabelecidos e coloca os administradores em alternativas difíceis. Exige mudanças no programa de estudos, mudanças em padrões de organização e a contratação de pessoal mais qualificado. E, ainda mais importante e muito mais difícil de se obter, exige mudanças nas atitudes em relação aos imigrantes, uma transformação interna. Se quisermos que nos escute, precisamos trabalhar com esforço para mudar as atitudes dos que querem erradicar o idioma natal dos imigrantes: precisamos oferecer soluções baseadas em métodos de êxito provado. Precisamos influir nos que formulam as políticas e organizam os programas, e no público em geral. Uma obra de romanos! Creio firmemente, porque é o que vivi, que a única maneira de influir nas estruturas das diversas organizações é participando ativamente nelas. Não posso influenciar a política lingüística se não estiver disposta a advogar pelos direitos dos estudantes pertencentes às minorias lingüísticas dos Estados Unidos e pedir para que minhas palavras e as dos outros, que partilham meu sentir, tenham eco nos corações de meus concidadãos e dos que formulam as políticas nacionais.

²⁷ *Ibidem.*

²⁸ THE ROYAL COMMISSION ON ABORIGINAL PEOPLES. *Report of the Royal Commission on Aboriginal Peoples.*

²⁹ THOMAS, Wayne y COLLIER, Virginia. *A National Study of School Effectiveness for Language Minority Students's Long-Term Academic Achievement.*

É sempre factível, para não dizer possível, oferecer educação a cada criança em sua língua materna num país em que a população imigrante fala centenas de línguas? Claro que não! Porém, é bem possível fazê-lo com grupos lingüísticos que representam números consideráveis de estudantes e de idiomas onde se dispõe de pessoal, material docente e de outros recursos. No caso desses outros idiomas, nos que não é possível a educação na língua materna, o mínimo a se fazer é insistir que os pais continuem falando sua língua natal em casa, que leiam livros no seu idioma e que evitem a tentação de sucumbir ao conselho dos que lhes asseguram que, para vencer na vida, seus filhos precisam deixar de se expressar em sua língua materna e falar unicamente o idioma da cultura dominante. É uma mentira, porque as famílias logo verão que suas crianças e adolescentes vão acabar perdendo sua identidade, sua identidade familiar e cultural. Quando as crianças perdem o idioma do lar, se distanciam da família e perdem sua intimidade familiar, seu passado, como Báez o esclareceu em seus escritos.

Antes de passar ao papel da Igreja, quero aproveitar a oportunidade para oferecer alguns conselhos fundamentados em meus longos anos de experiência como educadora e como imigrante:

- Devemos continuar defendendo a educação multilíngüe e assegurar aos responsáveis dos programas docentes locais que o uso dos idiomas das minorias lingüísticas, no ensino, fortalece o domínio do idioma nacional em lugar de enfraquecê-lo.
- Devemos propagar a mensagem de que é necessário reconhecer os direitos à própria língua como direito fundamental no plano político e educacional.
- Devemos advogar pela justiça social e pela autodeterminação e criar programas eficazes, baseados na cultura dos estudantes, que lhes dêem a oportunidade de se beneficiarem do mundo global e multicultural onde são chamados a crescer.
- Por último, precisamos influenciar os que formulam políticas docentes mediante a criação de meios para divulgar as conquistas escolares dos alunos imigrantes.

O papel da Igreja católica

Estabelecer-se em um novo país é decisão muito difícil, às vezes, traumática. Supõe deixar para trás tudo o que é familiar e entrar no desconhecido, numa nova cultura e, quase sempre, em um novo idioma. Porém, apesar de tudo, é uma decisão que milhões de seres humanos enfrentam, diariamente, em todas as partes do mundo. A mobilidade humana é muito mais comum hoje que em 1895, quando o Bispo João Batista Scalabrini se dispôs a acompanhar os fiéis de sua diocese, no norte da Itália, quando partiam em longas viagens para o Brasil e aos Estados Unidos. Já no século XIX, o Bispo proclamava, em alta voz, a necessidade de leis e de instituições que oferecessem proteção humana e jurídica aos imigrantes contra todo tipo de exploração.³⁰ Estou certa de que teve de lutar contra o genocídio lingüístico em todos os lugares em que seus seguidores se estabeleceram.

O Antigo Testamento nos pede a amar o imigrante que está entre nós. Lemos no livro do Levítico: “Quando um imigrante se estabelece entre vocês, em seu país, não o oprimam. Ao imigrante que vive com vocês, o considerem como um de vocês e o amem como a vocês mesmos, pois, vocês também foram emigrantes no Egito. Eu sou o Senhor, seu Deus”.³¹

Em 1963, o papa João XXIII abordou a questão do tratamento das minorias em sua encíclica *Pacem in Terris* (Da paz na terra). “Está, perfeitamente, de acordo com os princípios da justiça, as autoridades civis tomarem medidas eficazes para melhorar a sorte dos cidadãos de uma minoria

³⁰ FONGARO, P. STELIO. *The Blessed John Baptist Scalabrini, Bishop and Founder. A Portrait.*

³¹ NEW AMERICAN BIBLE. *Levítico*, 19, 33-34.

étnica, particularmente, quando essa melhora tem a ver com sua língua e seus costumes ancestrais”.³²

Por sua vez, o papa Paulo VI, em 1975, em sua exortação evangélica *Evangelii Nuntiandi* escreve:

A evangelização perde muito de sua força e eficácia, tomando em consideração as pessoas a quem é dirigida, se não utilizar sua língua, seus sinais e símbolos, se não responder as suas perguntas, e se não produzir efeito em sua vida particular... A divisão entre Evangelho e cultura é, sem dúvida, o drama de nossos tempos, do mesmo modo que o foi em outros tempos.³³

Em 1985, o Congresso Mundial sobre a Pastoral da Emigração, promovido pelo Vaticano, ressaltou, em seu documento final: “A experiência nos ensina que a impossibilidade de se expressar na língua materna e a eliminação das tradições religiosas... prejudicam a consciência, empobrecem o meio cultural, são causa de separação e até de cisma, e reduzem o número dos fiéis”.³⁴

Os bispos católicos dos Estados Unidos, recentemente, empreenderam uma campanha nacional com o título “Justiça para com os imigrantes: uma Viagem de Esperança”, com o desejo de criar maior consciência sobre as questões da imigração. A campanha lançará ao presidente George W. Bush e ao Congresso o desafio de adotar uma reforma migratória não apenas ampla, mas ainda, afetiva.³⁵

A posição da Igreja Católica em relação aos imigrantes e a seu tratamento remonta aos tempos bíblicos. O Antigo Testamento dá, aos judeus, numerosos ensinamentos a respeito de como tratar os forasteiros. A realidade está em se nenhum de nós que estamos aqui, deveríamos nos perguntar se temos algum papel a desempenhar neste assunto. Como católicos batizados, somos chamados a participar ativamente na criação do Reino de Deus na terra. Portanto, é nosso dever ser uma voz profética que clame por justiça em favor de todos os imigrantes do mundo. A missão fundamental da Congregação das Irmãs Scalabrinianas é servir os imigrantes onde quer que se encontrem. Este serviço deve incluir a proteção do direito humano de preservar a língua materna. Fugir desta luta é grave pecado de omissão. Não lutar pela preservação do acervo cultural e da identidade de um grupo é omitir-se do chamado do Evangelho para a justiça social.

Conclusão

Enquanto rezava e me preparava para esta palestra, voltou a cair em minhas mãos um livrinho de pensamentos recebido de uma amiga na conclusão de nossos estudos de doutorado. O título do livro é: “Porque conheço os planos que tenho para ti”, tirado de um versículo do livro do profeta Jeremias: “Porque conheço bem os planos que tenho em mente para ti, diz o Senhor, planos para que prospere e não para te prejudicar, planos para te dar um futuro pleno de esperança”.³⁶

Os anos que passei em postos de responsabilidade no campo da educação, foram marcados por um profundo sentido de sagrada responsabilidade. A convicção de que me fora confiado o cuidado de milhares de crianças e professores, é uma força que nunca deixou de impulsionar minha carreira administrativa. Não me impeliu a ambição, não me impeliu a competência nem tão pouco o dinheiro. O que sempre me impulsionou foi o desejo de chegar a ser tudo aquilo que Deus sonhou para mim.

Um vivo sentimento de urgência leva-me a trabalhar apaixonadamente e a lutar com todas as minhas forças pelos direitos educativos e lingüísticos dos imigrantes. Se desconhecem de onde vêm,

³² PAPA JUAN XXIII, *Pacem in Terris*.

³³ PAPA PAULO VI, *Evangelii Nuntiandi*.

³⁴ PAPA JUAN PABLO II. *Discurso a los participantes en el Congreso Mundial de la Pastoral de la Emigración*.

³⁵ UNITED STATES CONFERENCE OF CATHOLIC BISHOPS. *Justice for Immigrants: A Journey of Hope*.

³⁶ NEW AMERICAN BIBLE. *Jeremías*, 29, 11.

nunca poderão saber onde estão e para onde devem ir. Esta paixão que tenho para melhorar a educação para os estudantes imigrantes, brancos ou negros, nicaraguenses e haitianos, ricos e pobres provém de um chamado nascido no coração e no ventre. Precisei enfrentar as críticas e o ceticismo, o ridículo e a humilhação, porém, nada me desiluiu de minha missão de abrir, de par em par, as portas da justiça, porque vivi, na minha própria carne, as conseqüências das incompreensões e da desigualdade.

Como pessoas consagradas ao ministério com os imigrantes, podem resolver ou tomar parte ativa no futuro pedagógico de nossos estudantes ou podem optar por permanecer à margem, como espectadores passivos. Porém, duvido, porque se me convidaram para dirigir-lhes a palavra neste importante simpósio, certamente, é por sentirem vocês a necessidade de desempenhar um papel nesta importante questão.

A doutrina social da igreja não deixa lugar a dúvidas em sua mensagem a todos os católicos. As palavras do Evangelho devem aplicar-se à nossa realidade educativa atual. Todos temos deveres e responsabilidades para com nosso próximo. Na verdade, se somos chamados a ser o sal da terra, o fermento que transforma nossa sociedade, faz-se mister que trabalhemos juntos para obter as mudanças necessárias que assegurem o respeito dos direitos educacionais e lingüísticos de nossos estudantes imigrantes. Se ousamos chamar-nos de cristãos, devemos assumir, sem vacilações, a necessidade de erradicar o que causa sofrimento ao ser humano e as desigualdades na sociedade, especialmente, a desigualdade nas oportunidades educativas.

Desafio-os e lhes suplico, hoje, que voltem a comprometer-se em erradicar, da terra, as barreiras que obstruem a criação do reino de Deus, esse reino no qual os direitos fundamentais dos jovens imigrantes, entre eles, o direito a receber uma boa educação, não só seja respeitado, mas garantido. A Igreja, nossa Igreja, foi sempre profética. Hoje nos chama a sermos uma voz profética em nossas estruturas sociais, pedagógicas e políticas. Não podemos ficar surdos a este urgente chamado. Nossa indiferença, o não participar nas lutas educativas dos estudantes imigrantes em todos os rincões do mundo, é negar-nos a servir a este mesmo Deus que professamos seguir.

Muito obrigada e que Deus os abençoe.

Bibliografia

- BAEZ, Benjamín. "Learning to Forget: Reflections on Identity and Language." *Journal of Latinos and Education*, v. 1, n. 2, 2002, p. 123-132.
- BOOTH, W. James. *Communities of Memory on Witness, Identity, and Justice*. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- CRAWFORD, James. *Educating English Learners: Language Diversity in the Classroom*. Los Angeles: Bilingual Education Services, Inc., 2004.
- FISHMAN, Joshua A. (ed.). *Handbook of Language and Ethnic Identity*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FONGARO, Stelio. *The Blessed John Baptist Scalabrini: A Portrait*. Available at: [http://www/scalabrini.asn.au/scalabrini/frportxt.htm](http://www.scalabrini.asn.au/scalabrini/frportxt.htm). Accessed on: March 21, 2008.
- GARCIA, Anna. Language and Identity. Available at: <http://si.unm.edu/Web%20Journals/Articles/Anna%20Garcia.html>. Accessed on: January 3, 2008.
- GIBSON, Kari. "English Only Court Cases Involving the U.S. Workplace: The Myths of Language Use and the Homogenization of Bilingual Workers' Identities." *Second Language Studies*, v. 22, n. 2, 2004, p. 1-60.

- GUIDOTTI-HERNÁNDEZ, Nicole. "Dora the Explorer: Constructing 'Latinidades' and The Politics of Global Citizenship." *Latino Studies*, n. 5, 2007, p. 209-232. Available at: <http://www.palgravejournals.com/1st/journal/v5/n2/full/8600254a.html>. Accessed on: January 10, 2008.
- HEUGH, Kathleen. "The Case Against Bilingual and Multilingual Education in South Africa." *Praesa Occasional Papers*, n. 6. (n.d.). Available at: <http://web.uct.ac.za/depts/praes/OP.htm>. Accessed on: March 3, 2008.
- JOHN XXIII. *Pacem in Terris*. New York: St. Paul Books & Media, 1963.
- JOHN PAUL II. *Discorso de Giovanni Paolo II ai Partecipanti al Congresso Mondiale della Pastorale Dell'Emigrazione*. Available at: http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1985/october/documents. Accessed on March 21, 2008.
- LARSEN, Luke. "The Foreign-Born Population in the United States: 2003". *Current Population Reports*. United States Census Bureau, August 2004.
- LAZARUS, Emma. "The New Colossus." Available at: <http://www.libertypark.com/emma.htm>. Accessed on April 12, 2008.
- LEE, Wen-Shya. "The Effect of Ethnic Identity and Language Learning on Chinese Adolescents' Self-esteem. (Doctoral dissertation, University of Calgary). *National Library of Canada*, 2001.
- NATIONAL CLEARINGHOUSE FOR ENGLISH LANGUAGE ACQUISITION. *Frequently Asked Questions*. Available at: <http://www.ncela.gwu.edu/expert/faq/08leps.html>. Accessed on: March 16, 2008.
- New american bible*. New York: Catholic Book Publishing Company, 1970.
- OBANYA, Pai. "Learning In, With, and From the First Language". *Praesa Occasional Papers*, n. 19, 2004.
- PAUL VI. *Evangelii Nuntiandi*. New York: St. Paul Books & Media, 1975.
- SKUTNABB-KANGAS, Tove. "Linguistic and Cultural Genocide in Education Signals Lack of Linguistic Human Rights-But Why No Discussion?" Lecture, University of Essex, November 16-17, 2006.
- SKUTNABB-KANGAS, Tove. *Linguistic Genocide in Education – or Worldwide Diversity and Human Rights?* New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1999.
- SUÁREZ-OROZCO, Marcelo, Editor. *Learning in the Global Era*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- TERRALINGUA. Definitions. Available at: <http://www.terralingua.org/Definitions/DLingGenocide.html>. Accessed on: January 23, 2008,
- THE ROYAL COMMISSION ON ABORIGINAL PEOPLES. *The Report of the Royal Commission on Aboriginal Peoples*. Library of Parliament, PRB 99-24E. August 2, 2000. Available at: <http://www.parl.gc.ca/information/library/PRBpubs/prb9924-e.htm>. Accessed on: March 11, 2008.
- THOMAS, Wayne; COLLIER, Virginia. "A National Study of School Effectiveness for Language Minority Students' Long-Term Academic Achievement." *Center for Research on Education, Diversity & Excellence. Final Reports*. September, 2002. Available at: http://repositories.cdlib.org/crede/finalrpts/1_1_final. Accessed on: March 9, 2008.
- UNITED STATES CONFERENCE OF CATHOLIC BISHOPS. *Justice for Immigrants: A Journey of Hope*. Available at: http://www.3.capwiz.com/msnbc/issueaction/orgpage/?org_id=justiceforimmigrants. Accessed on: March 21, 2008.
- VERHOVEK, Sam. "Mother Scolded by Judge for Speaking Spanish." *New York Times*, August 30, 1995. Available at: <http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html>. Accessed on: February 27, 2008.
- WONG-FILLMORE, Lily. "Loss of Family Languages: Should Educators be Concerned?" *Theory into Practice*, v. 39, n. 4, p. 203-209.